

SÍNTESE DOS DEBATES REALIZADOS NA CONFERÊNCIA

As temáticas abordadas na mesa inicial começaram sobre a falácia de que entregadores por aplicativo são “autônomos” ou “empreendedores”, já que a categoria não tem direito a estabelecer seu próprio preço de serviço, isso é definido pelas empresas, e qualquer avaliação de trabalho também foge de seu controle. Foram feitas falas explicitando a falta de locais para descanso, alimentação e hidratação e o quanto o trabalho do entregador por aplicativo é precarizado, prejudicando a saúde dos trabalhadores.

Foi trazido que a sobrecarga de trabalho é estimulada pelo sistema de “gamificação” dos aplicativos com as “recompensas”, que a tecnologia deveria ser usada para o bem da população e é desviada no sistema capitalista para explorar o trabalhador, que se sujeita a condições de vida e trabalho indignas para sobreviver. Falaram também que o Poder Executivo pode garantir condições melhores, ações executivas concretas, para garantir condições de trabalho dignas, enquanto que o Poder Legislativo pode se utilizar de ferramentas legislativas – como projetos de lei recentemente apresentados que garantem melhores condições de trabalho.

Foi realizada a apresentação da cartilha produzida pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, com apoio técnico de pesquisadores de grandes instituições, como a Fiocruz e de instituições como o Ministério Público do Trabalho. Tendo como fonte o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), foram trabalhados dados importantes, como o exemplo de que dos 474 acidentes de trabalho com motociclistas e ciclistas registrados no estado, 138 trabalhavam por aplicativo, dados alarmantes mesmo havendo subnotificação. Na cartilha também há dados sobre a categoria, informando que 87,7% tem como principal gasto mensal a alimentação; 66% disse que de 1 a 3 pessoas dependiam de sua remuneração, e 34% desempenhava outra função além do trabalho por aplicativo, como pedreiro e ambulante. A jornada diária de trabalho dessa categoria de trabalhadores chega a ser de 9 a 12h para 65% deles. Já 18,5% dizem trabalhar de 12 a 15h por dia. O debate girou em torno das consequências dessa jornada exaustiva para a saúde do trabalhador, pois além dos acidentes, no futuro a saúde desses trabalhadores estará totalmente prejudicada.

Também foi debatida a importância de reconhecer as trabalhadoras mulheres dentro da luta dos trabalhadores de aplicativos, que sofrem assédio e possuem condições de saúde diferentes. Foi abordado também a exaustão física e psicológica do trabalho, uma vez que os entregadores fazem seu serviço de domingo a domingo, doentes, e com a saúde mental esgotada pelo estresse diário.

Nos debates trazidos pela própria categoria no momento de debate de propostas, foi falado que os trabalhadores de Olinda não têm pontos de apoio, e o assédio sexual sobre as mulheres trabalhadoras é bastante comum. Há diversos casos de discriminação racial das lojas e dos clientes, que a violência contra os entregadores está fora de controle e que muitas vezes a polícia é agressiva com a categoria. Foram citados casos de violência recorrentes no Carrefour Torre e no tratamento da plataforma Ifood, que retirou pontos de apoio dos Shoppings Plaza e Tacaruna. Foi requerido protocolo de atendimento e acolhimento psicossocial, com disponibilização de serviços de saúde mental para a categoria.

Os entregadores também abordaram a necessidade de as empresas de aplicativo terem a obrigação de oferecer serviços de saúde para os entregadores através de planos de saúde. Ponderaram que em locais como Olinda e Caruaru não há o mínimo amparo de pontos de apoio para alimentação e descanso, prejudicando a saúde de todos. Que é necessário haja uma articulação entre os pontos de apoio e serviços públicos do Estado, como por exemplo os serviços de saúde. Também foram debatidos casos de acidentes e sobre como a profissão requer que eles arrisquem suas vidas diariamente no trânsito, falando sobre a necessidade de campanha de educação no trânsito e faixas exclusivas para motos em virtude dos acidentes.

A representante da Secretaria de Saúde presente reforçou os crescentes dados sobre acidentes de bicicletas e motocicletas, e fala sobre as fichas de notificação nos hospitais para que seja registrado no sistema de saúde estadual, a fim de responsabilização de empresas, indenizações e elaboração de políticas públicas.

Por fim, o Presidente do Sindicato, Rodrigo Lopes, fez uma fala pedindo a regulamentação da profissão de entregador de aplicativos, com regimes específicos com benefícios previdenciários, trabalhistas e sociais; falou sobre criar campanhas e protocolos de saúde nas áreas de psicologia, ergonomia, etc; estimular a notificação de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho por aplicativos e, por sim, implantar programas de formação e campanhas educativas sobre o direito do trabalhador.